

Seria possível uma soberania alimentar?



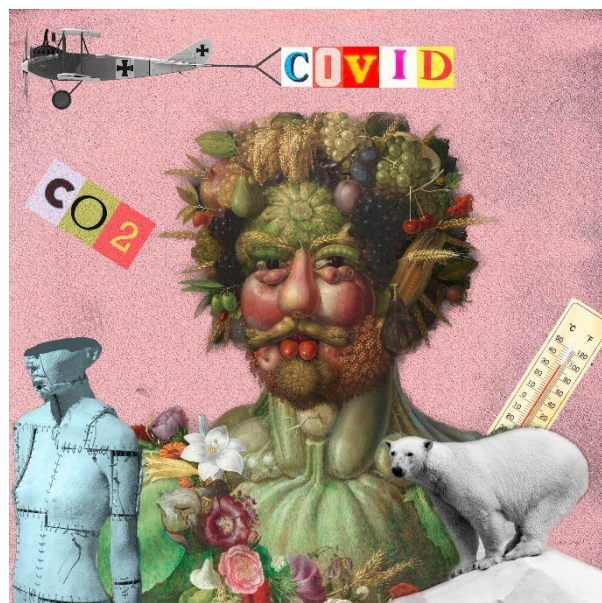
Rossember Saldaña Escorcía

Estudante de Engenharia Ambiental e Sanitária, Universidade Popular de Cesar, Colômbia. Participa em pesquisas em gestão ambiental e desenvolvimento humano sustentável em biodiversidade, gestão de recursos hídricos e qualidade da água, entre outros.

A alimentação é considerada um direito humano em vários acordos e declarações internacionais, como o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais; a Declaração Universal dos Direitos Humanos e, por fim, a Observação Geral do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1). No entanto, embora várias constituições políticas consagrem esse direito, milhões de pessoas sofrem de fome e desnutrição, situação que foi agravada pelo surgimento da pandemia COVID-19 (2).

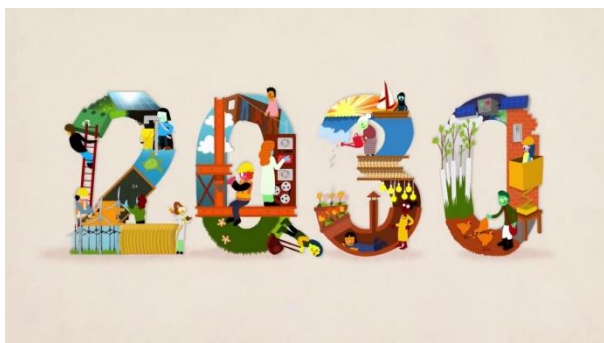
Com resultados muito limitados, mas notórios, a discussão na esfera política muitas vezes se limita a ver o problema alimentar individualmente e não como um conjunto de fatores que interagem, tais como pobreza, fome, desnutrição, desigualdade, educação,

mudanças climáticas e destruição da natureza. O resultado é que a crise alimentar está atingindo novas dimensões.



Um soberano alimentar. O acesso a uma alimentação adequada passa por enfrentar as ameaças das mudanças climáticas e da pandemia COVID-19 que levou milhões à pobreza / Imagem: Imperador Rodolfo II como Vertumnus por Giuseppe Arcimboldo. Modificada por Oscar Peláez.

Estima-se que a população mundial atingirá 8,5 bilhões até 2030, resultando em um aumento no número de pessoas que sofrerão com a fome em várias regiões do planeta. Um estudo realizado em conjunto pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), a Organização Mundial da Saúde (OMS), entre outras, estimou que até 2030 quase 67 milhões de pessoas serão afetadas pela crise alimentar na América Latina e no Caribe. Tal cenário é possível mesmo considerando que o combate à fome é um objetivo atual nos acordos políticos globais para o desenvolvimento sustentável (3).



Fome Zero é a segunda meta da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável / Imagem: ONU Brasil.

<https://www.youtube.com/watch?v=ZSrhXP4-aec>

Nas últimas décadas, as organizações internacionais estiveram em alerta devido às limitações dos

modelos de produção atuais, que impedem a garantia do direito à boa alimentação. Em resposta a isso, tem sido proposto um novo modelo de soberania que visa redesenhar os sistemas de produção atuais. Micarelli (4) destaca que atualmente a segurança alimentar tem como foco a disponibilidade e o acesso aos alimentos, porém, para garantir a soberania alimentar dos territórios o ideal seria levar em conta quem produz e como os alimentos são produzidos.

Alguns países desconhecem o importante papel dos agricultores e camponeses, apesar de serem eles quem têm conhecimento para gerir os sistemas de produção de alimentos. Hoje, os agricultores são afetados pelo aumento de impostos, enquanto a assinatura de acordos de livre comércio abastecem os mercados nacionais com produtos importados de países desenvolvidos. A junção desses fatores ameaça a sustentabilidade da agricultura nacional tradicional nos países produtores e coloca em risco sua economia, influenciando na crise alimentar que atinge o mundo.

O objetivo da soberania alimentar deve ir além do acesso aos alimentos e adotar uma nova abordagem do problema global da alimentação (5), pois esta deve representar, ou melhor, priorizar a produção agrícola nacional para alimentar a população. Para tanto, é necessário o apoio de entidades governamentais. Que sejam essas entidades as responsáveis pela articulação das políticas estabelecidas nos planos de desenvolvimento, na medida do possível com enfoque na sua diversidade geográfica e cultural, pois é no campo onde se encontra a oportunidade de gerar os alimentos que a nossa sociedade necessita.



Os pequenos agricultores produzem cerca de 30% dos alimentos do mundo. / Imagem: Pixabay

A situação atual é, de fato, desanimadora e pode ser pior nos países em desenvolvimento, os quais buscam um avanço industrial que traz consigo múltiplos impactos que agravam a crise

alimentar interna. As políticas estão centradas em uma doutrina econômica que deixa de lado o desenvolvimento agrícola, ao mesmo tempo que regula a liberdade política agrária, o que leva os povos à perderem o poder de produzir seus alimentos e ameaça sua soberania alimentar.

Referências

1. Maria Alejandra Ramírez Galvis, M. A. 2019. *Vivir sin hambre en Colombia. El derecho humano a la alimentación desde una perspectiva de soberanía alimentaria en Colombia* [Universidad Santo Tomás]. <https://repository.usta.edu.co/handle/11634/17585>
2. Christoph Hasselbach. 2020. *COVID-19 agudiza el hambre en el mundo. El Mundo*. <https://www.dw.com/es/covid-19-agudiza-el-hambre-en-el-mundo/a-55250116>
3. FAO. 2020. *ONU: El hambre en América Latina y el Caribe podría afectar a casi 67 millones de personas en 2030. Organización de Naciones Unidas Para La Alimentación y La Agricultura*. <http://www.fao.org/americas/noticias/ver/es/c/1297774/>

4. |Giovanna Micarelli. 2018. *Soberanía alimentaria y otras soberanías: el valor de los bienes comunes*. Revista Colombiana de Antropología, 54(2), 119–142.

5. José Luis Carmona Silva, Lizbeth Sánchez Flores, José Aurelio Cruz De los Ángeles, R. S. 2020. *¿Es posible una soberanía alimentaria en México?* RICSH Revista Iberoamericana de Las Ciencias Sociales y Humanísticas, 9(18), 40–69. <https://doi.org/10.23913/ricsh.v9i18.210>

Edição: Oscar Peláez

Colaboração: Carolina Gutiérrez, Rafael Franco Ferreira, Bárbara Angélio Quirino, David González, Angela Gutiérrez.

Citação: Rossember Saldaña Escorcía.

2021. *Seria possível uma soberania alimentar?*. Revista Bioika, 7 edição.

Disponível em:

<https://revistabioika.org/pt/o-leitor-escreve/post?id=107>